



RELATÓRIO Nº _____, DE 2014

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 42, de 2014 (nº 104, de 12 de maio de 2014, na origem), da Presidente da República, que *submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor MARCO ANTONIO DINIZ BRANDÃO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Socialista do Vietnã.*

RELATOR: Senador **EDUARDO MATARAZZO SUPLICY**

O Senado Federal é chamado a se manifestar sobre a indicação que a Presidente da República faz do Senhor MARCO ANTONIO DINIZ BRANDÃO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores (MRE), para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Socialista do Vietnã.

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).



De acordo com o currículo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores, em atendimento aos termos da Resolução nº 41, de 2013, que altera o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, o indicado nasceu em 7 março de 1949, em Belo Horizonte – Minas Gerais. É filho de Wanderley Gomes Brandão e Circéa Diniz Brandão.

Concluiu, em 1972, o curso de Direito, na Universidade Federal Fluminense. No Instituto Rio Branco, frequentou o Curso de Preparação à Carreira Diplomática (1972) e, ainda, o Curso de Altos Estudos (1991), tendo defendido a tese intitulada “Perspectivas de Independência da Guiana Francesa.”

Em 1974, foi nomeado Terceiro-Secretário na carreira diplomática. Tornou-se Segundo-Secretário em 1978, Primeiro-Secretário em 1980, Conselheiro em 1987, Ministro de Segunda Classe em 1993 e Ministro de Primeira Classe em 2000, sempre por merecimento.

Entre as funções desempenhadas pelo diplomata, destacam-se a de Chefe de delegação da I Reunião do Clube de Paris para a renegociação da dívida da Polônia (1990); Chefe da Divisão do Mercosul (1992-1994); Chefe de delegação da I Reunião Extraordinária da Comissão de Recursos Fitogenéticos da FAO, Roma (1994); Chefe de delegação da V Conferência Técnica Internacional sobre Recursos Fitogenéticos, Leipzig (1996); Diretor-Geral do Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais (1997-2001); Chefe de delegação da I Reunião Bilateral Brasil/Cuba sobre Direitos Humanos e Temas Sociais, Havana (1999); Chefe de



delegação da V Conferência Anual dos Estados-Partes da Convenção de Ottawa, Bangcoc (2003); Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares (2005-2008); e Chefe de delegação do III Fórum de Governança da Internet, Hyderabad (2008).

Exerceu, ainda, os cargos de Primeiro-Secretário na Embaixada em Washington (1981) e na Embaixada em Maputo (1981-1983); Conselheiro na Embaixada em Paris (1992); Embaixador na Embaixada em Bangcoc (2001-2005) e, cumulativamente, junto ao Laos (2001), ao Reino da Camboja (2002), à República Popular de Myanmar (2002); Embaixador em Nova Delhi (2008-2011) e, cumulativamente, em Katmandu, no Nepal, e Maleh, nas Maldivas. Desde 2012, ocupa a posição de Embaixador no Cairo.

Foi agraciado com as seguintes condecorações: Ordem do Mérito Aeronáutico, Ordem do Mérito Militar, ambas no Brasil, no grau de Oficial; Ordem Nacional do Mérito, na França, também no grau de Oficial; Ordem do Mérito Naval, no Brasil, no grau de Comendador; Ordem de Rio Branco, no Brasil, no grau de Grã-Cruz; entre outras.

O currículo traz, ainda, publicações de autoria do indicado, com destaque para: “O Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos e seu Aperfeiçoamento no Limiar do Século XXI”, em: *Direitos Humanos no Século XXI*, organizado por Samuel Pinheiro Guimarães e Paulo Sérgio Pinheiro, IPRI, São Paulo, 1998; e “A Declaração Universal dos Direitos Humanos –



Monumento Permanente” em: *Cinquenta Anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos*, série Pesquisas, vol. 11, Fundação Konrad Adenauer, São Paulo, 1998.

O Ministério das Relações Exteriores anexou à mensagem presidencial sumário executivo sobre a República Socialista do Vietnã. O documento, além de abordar relações bilaterais com o Brasil, dá notícia sobre dados básicos do país, sua política interna e externa e economia.

Cuida-se de república socialista parlamentarista, com sistema unipartidário e Poder Legislativo unicameral. Vale destacar que, em novembro de 2013, a Assembleia Nacional aprovou revisão da Constituição, cujo texto passou a incluir menção a direitos fundamentais. Porém, foi ratificado o papel central do Estado na economia e a liderança do Partido Comunista.

Cumprir registrar que, desde 1986, dada as dificuldades enfrentadas após a crise da União Soviética, o Vietnã adota a estratégia denominada “Renovação” (*Doi Moi*, em vietnamita), voltada para um modelo de abertura que se assemelha ao chinês, com sistema político centralizado e abertura econômica ao exterior. Apesar da relativa estabilidade política, o país enfrenta desafios como o declínio do crescimento econômico, a corrupção, o acirramento da desigualdade e os conflitos entre governo e minorias étnicas.



Brasil e Vietnã estabeleceram relações diplomáticas em 1989, tendo a embaixada brasileira em Hanói sido aberta em 1994 e a vietnamita em Brasília no ano de 2000.

Apesar de aquém de seu potencial, é digno de nota o crescimento do comércio bilateral, o qual, de 2003 a 2013, saltou de US\$ 47,1 milhões para US\$ 2,3 bilhões. As exportações brasileiras concentram-se em produtos de menor valor agregado, sendo que muitos deles são usados como insumo para as exportações vietnamitas. A pauta de exportações brasileira conta com sementes e grãos; cereais; resíduos industriais alimentares; ferro fundido, ferro e aço; algodão; peles e couros; fumo; carnes; e madeira. Já a pauta de importações contém máquinas elétricas; calçados; pescados; máquinas mecânicas; borracha; e fibras sintéticas/artificiais.

A aproximação entre os dois países parece ser impulsionada pelo apreço do Vietnã à capacidade revelada pelo Brasil para conciliar crescimento doméstico com políticas de inclusão social, bem como para influenciar em discussões de relevantes temas regionais ou globais. Assim, o Vietnã externou apoio oficial ao Brasil em situações que vão desde a sua candidatura ao assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, passando pela candidatura da cidade do Rio de Janeiro para sediar os Jogos Olímpicos de 2016, até a aproximação brasileira com a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN). De nossa parte, houve apoio à eleição do Vietnã para o assento não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, no biênio 2008-2009; à sua adesão à Organização Mundial



SENADO FEDERAL

Gab. Senador Eduardo Suplicy

do Comércio; e, mais recentemente, à sua eleição para o Conselho de Direitos Humanos.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações no âmbito deste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator